

CRISE E CONSTRUÇÃO SOCIAL CRISIS AND SOCIAL CONSTRUCTION

António José Ruivo Loura¹

Irene Borges Duarte²

RESUMO: O termo *crise*, na história, está associado a momentos críticos, processos de decadência, conflito e rutura, a envolver as várias formas de relação do humano. Na contemporaneidade, tudo se considera permanentemente envolvido em sucessivos processos de *crise*, a impulsionarem desenvolvimentos, transformações, renovação de ciclos. A inevitabilidade da ocorrência destes processos, abre uma esperança de saída da *crise*, numa perspetiva de satisfação de necessidades, nas relações individuais, nas instituições, nas comunidades e no envolvimento com o meio ambiente, como forma de transmutar prejuízos em benefícios. A questão que se coloca é: como intervir no sentido de contribuir para a resolução da crise? A nossa hipótese avança para uma posição de consciencialização hermenêutica das questões que estão na sua origem, numa base de diálogo e no seu contributo para as ações concretas que permitam a sua superação. Para isso é necessária uma preparação das partes, uma disponibilidade para a compreensão das coisas, a implicar uma atualização da situação hermenêutica e uma abertura ao necessário alargamento de horizontes, bem como uma determinação para intervir, em conjunto, no cerne das questões problemáticas. Esta temática revela-se fulcral, pois os efeitos das crises crónicas e dos conflitos emergentes, colocam cada vez mais em risco a possibilidade de neles se poder intervir de forma construtiva e em tempo útil.

Palavras-chave: Crise. Conflito. Filosofia hermenêutica. Construção social.

ABSTRACT: The term crisis, in history, is associated to critical moments, processes of decay, conflict and rupture, involving various forms of human relationships. Nowadays, everything is considered permanently involved in successive processes of crisis, pushing developments and transformations. The inevitability of the occurrence of these processes opens a hope for a way out of the crisis, from a perspective of satisfying needs, in individual relationships, institutions, communities and environment, transmuting losses into benefits. The question that arises is: how to intervene in order to contribute to the crisis resolution? Our hypothesis moves towards a position of awareness of the problems that are at the origin of the crisis, towards the convergence of dialogues, contributions and concrete actions towards overcoming them. This requires preparation by the parties, a willingness to understand things, implying an opening to the necessary broadening of horizons, access to an update of the hermeneutical situation, as well as a determination to intervene together, at the heart of problematic issues. This theme proves to be crucial, as the effects of chronic crises and emerging conflicts increasingly put at risk the possibility of being able to intervene in them constructively and in a timely manner.

Keywords: Crisis. Conflict. Hermeneutic philosophy. Social construction.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando em Filosofia – UÉ (Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada, com integração no PRAXIS – Centro de Filosofia, Política e Cultura). ORCID: 0000-0002-6360-7227. E-mail: aruol@hotmail.com.

² Diretora do programa de Doutoramento em Filosofia da Universidade de Évora; Membro do PRAXIS - Centro de Filosofia, Política e Cultura. ORCID: 0000-0002-5218-6754. E-mail: ibd@uevora.pt.

Nesta reflexão, que se move no horizonte da hermenêutica filosófica, aborda-se a construção social na perspectiva do desenvolvimento que se pode gerar a partir de cenários de crise, que se vão manifestando nas mais diversas dimensões da vida em sociedade. O ponto de partida da análise é a experiência de crise em contextos que requerem, de alguma maneira, intervenção policial, com um exemplo concreto nesta área profissional. Neste caminhar, será evidenciado o confronto com o quadro das inquietações, incertezas e mundividências no exercício dos poderes, verificadas em contextos relacionais. Sublinham-se também as grandes preocupações gerais da humanidade, visando as melhores possibilidades, entre outras, pela vida, pela paz, pela saúde, pela justiça, pela cultura, pelo bem-estar. Aspectos que se complicam pela desarticulação no desenvolvimento das sociedades, dificultando a afirmação da dignidade humana e da qualidade de vida, a implementação dos seus direitos, liberdades e garantias, com expressão nas relações com o estado e suas instituições – com influência nas relações entre polícias e cidadãos –, bem como o contributo para um ambiente saudável.

Neste contexto, é preciso compreender o significado do termo *crise* e a sua associação a pontos de saturação e de rutura, assente nas questões que a consubstanciam e para as quais é preciso encontrar soluções. De uma forma objetiva, há que equacionar se, perante uma crise, tudo tem de mudar. Mas também há que refletir sobre os níveis de capacidade e de competência dos humanos, no sentido da abertura e da disponibilidade, para, no seio das suas responsabilidades, conseguir compreender os problemas que os afetam e com os quais se debatem, para que, em vez de uma escalada de tensões e de conflitos, se possa desenvolver, em sede de comunidade, não apenas um espírito crítico, mas também a capacidade de atuar decididamente, de modo renovador, no cerne das crises, indo ao encontro da necessidade de transformar, de desenvolver e de evoluir construtivamente.

O confronto com o facto de haver pessoas, instituições ou sistemas político partidários, unilateralistas, fechados sobre os seus próprios horizontes, focadas apenas nos seus interesses relativos, revela-se perigoso para todos. Por esta via, apenas se abre a possibilidade de acentuar os efeitos nefastos dos problemas, tanto na vida das pessoas, como nas instituições, podendo conduzir, em diversas dimensões, a situações lamentáveis. Haverá, então, necessariamente que refletir sobre as formas de saída destas posições de desequilíbrio e de carência, através da libertação da embriaguez ideológica

que obsta a um desenvolvimento sustentável. Impor uma falsa imagem de estabilidade, com o recurso ao exercício do poder, procurando controlar as liberdades, perseguindo a diferença e silenciando o espírito crítico, apenas conduz a uma perturbação dos processos democráticos, abrindo caminho ao aparecimento de estruturas radicais e extremistas. Será preciso tomar-se efetiva consciência de que os equilíbrios são promovidos a partir da satisfação das necessidades, da correção dos desequilíbrios, da resolução das problemáticas que estão na base do desenvolvimento das crises.

Comparativamente ao passado, pode interpretar-se a conjuntura atual como sendo mais dinâmica, considerando objetivos, impondo mudanças e desenvolvimentos, impelindo vivências e convivências e através delas o exercício das profissões, englobando assim todas as formas próprias do estar lançado no mundo. Neste sentido, porém, também aumenta a expectativa social pela obtenção de sucesso, o que implicaria a realização desse percurso em ambiente guiado por uma reflexão filosófica, envolvendo aspetos éticos, educativos, epistemológicos e espirituais, e geradora de um ambiente de compreensão, diálogo e concertação. Partiremos, por isso, das perspetivas de Jean François Mattéi, Edmund Husserl, Jan Patočka e Hans-Georg Gadamer, para procurar compreender os elementos específicos deste jogo. Com esta abordagem não pretendemos impor uma obediência estrita a determinados padrões, mas apenas delinear a imperiosa necessidade da (re)descoberta do diálogo na obtenção de entendimentos e consensos na assunção de compromissos. Procuraremos, pois, desenvolver um esforço hermenêutico em torno destas questões, no sentido de poder promover uma tonificada consciência coletiva, em intervenções socialmente construtivas.

O SIGNIFICADO DE *CRISE*

A palavra *crise*³ refere-se a um momento perigoso ou difícil de resolver. Provindo do latim *crisis* e do grego *krísis*, significa separar, decidir, julgar, evento ou momento decisivo. Em medicina: um agravamento ou mudança súbita, por doença aguda, cardíaca ou epilética. Estados emocionais súbitos, de nervos ou choro. *Crise*⁴ representa também uma situação de embaraço, desacordo, perturbação. A falta de algo importante, um

³ Dicionário da Porto Editora 2018.

⁴ Dicionário Priberam 2008-2021.

emprego ou conjunto de valores. Em economia: redução do crescimento, aumento do desemprego, desequilíbrio da balança comercial, empobrecimento. *Crise*⁵ significa igualmente um impasse, perturbação, contexto de perigo, tensão, conflito, rutura em relação a hábitos ou crenças, carência de algo, escassez, problema. Nestas significações, surgem os problemas como causa da verificação e as soluções como condição de equilíbrio, tornando a *crise*, como questão, impulsionadora do pensamento filosófico.

NOÇÃO DE *CRISE*, EM JEAN FRANÇOIS MATTÉI

Jean François Mattéi refletiu sobre esta temática, em diversas áreas como a medicina, a política, a história e também em filosofia. Detetou um certo desencontro de convicções entre as dúvidas das sociedades modernas, no que concerne aos princípios fundadores da existência humana, face às certezas da antiguidade nesta matéria, sobretudo no mundo cristão. No fundo, a *crise* nas religiões, na ciência, na economia, na arte, na cultura e também na filosofia, apresenta-se como um constante desafio. Para Mattéi, *crise*, traduz-se sobretudo numa saturação que conduz a processos de cisão relativamente a concepções anteriores. Uma desarmonia que dificulta o processo de intervenção, desenvolvimento e orientação, no sentido e no significado das coisas. Ele identifica uma *crise* em permanência no pensamento da modernidade, extensível ao mundo em que se vive, como consequência da necessidade de dinamizar e de inovar, muitas vezes inspirada em conjunturas políticas e religiosas do passado, onde se decifrou um tal grau de fundamentalismo, doutrinação e resistência à mudança, que, tendo cedido, não deixaram de estar na origem de processos profundamente destrutivos para a vida (MATTÉI, 2006, p. 1). Só pela educação se poderá chegar a superar, a longo prazo, este estado de crise social e cultural.

CRISE NA EUROPA, EM EDMUND HUSSERL

Husserl, no âmbito da fenomenologia, já procurara definir o sentido da *crise* nas ciências e a *crise* da cultura europeia, ligadas e envolvidas por um estilo nascido na Grécia, que se desenvolveu e expandiu em sentido eurocêntrico. Identificou as

⁵ Dicionário Porto Editora, online.

unilateralidades do espírito objetivo das ciências e da própria vida europeia, que afastadas de outras contribuições, designadamente da reflexão filosófica, têm acabado por dificultar um desenvolvimento mais sustentado da humanidade. Husserl identificou a *crise* europeia (HUSSERL, 2008, p. 11) como uma necessidade premente de renovação por causa de um tipo de racionalismo que, em vez de filosoficamente guiado, se deixou capturar por um tipo de ciência naturalista e objetivista. Uma ciência dada à concepção unilateral e impositiva da definição das coisas, servindo a sustentação de interesses menores que não são os universais da humanidade, tornando-se suscetível de conduzir à decadência e até à barbárie. Com determinação, os europeus poderiam superar essa *crise* através do espírito da filosofia (HUSSERL, 2008, p. 51). O autor referiu-se ao mundo visível como uma representação subjetiva, algo que tem lugar no espírito (HUSSERL, 2008, p. 15). No conjunto das representações possíveis, entendeu a reflexão filosófica, baseada na fenomenologia transcendental (HUSSERL, 2008, p. 50), como uma forma de libertação desse racionalismo, que sendo pretensamente objetivista, não deixa de ser subjetivo e unilateral, bem como condicionado na eficácia da compreensão dos fenómenos. Uma compreensão só conseguida, se aliado o espírito e outras subjetividades/intersubjetividades, com sustentação da filosofia, dentro de uma integrada edificação dos saberes (HUSSERL, 2008, p. 48). É esta perspetiva universalista de uma intersubjetividade transcendental que pode conduzir a uma concreta eclosão dos interesses da humanidade. A exemplo, sintetizar as atitudes teóricas e práticas em modelos teórico-práticos suscetíveis de potenciar as capacidades dos humanos em saber-fazer, de um modo reforçado, servindo globalmente os seus interesses, seria certamente uma forma útil de corresponder às suas aspirações (HUSSERL, 2008, p. 29).

DELINEAÇÃO DA *CRISE* EM JAN PATOČKA

Jan Patočka, desenvolvendo o seu pensamento na área da fenomenologia, fundamentalmente a partir de Edmund Husserl e de Martin Heidegger, já nos anos setenta do século XX, na sua última conferência, antes de morrer – após um intenso interrogatório policial –, realizada em Praga e onde se abordou a *técnica* como questão, Patočka transmitiu a ideia de que a crise não está nem tem de estar necessariamente ligada a processos de decadência. De um outro modo, pode oferecer uma consciência

diferenciada e dirigida, com responsabilidade, para formas de recuperação de linhas criativas de intervenção do ser humano nas problemáticas que o afetam. Naturalmente que esta noção de responsabilidade tem implícita uma via platónica de estabelecer a subordinação deste orgiástico – no sentido do que é extraordinário –, à responsabilidade dialética, mas, no fundo, se possa também traduzir, de algum modo, numa atitude de libertação de uma certa *normose*, que impeça, por condicionamento ou mero (des)empenho, o pensamento e a ação. Neste sentido, podemos dizer que Patočka começa por considerar todo o problema como uma perturbação do sentido das coisas e concilia esta ideia com a consciência da incapacidade do ser humano, mesmo em múltiplas abordagens, de chegar plenamente à realidade objetiva e à essência das coisas. Deste modo, todos os saberes não passam de olhares subjetivos, tentando compreender o ser das coisas (PATOČKA, 1996, p. 77).

Até o facto de se considerar algo, em dado momento, como sendo verdadeiro em si mesmo, tratar-se-á sempre de algo que está em constante impermanência, tornando ainda mais inapreensível a sua concreta definição (PATOČKA, 1996, p. 1). Assim, um qualquer paradigma ou conceito, apesar da sua utilidade, não passa de um ponto de vista a poder estar em confronto, em concurso ou em conciliação com outros pontos de vista e possibilidades, sempre sujeitos(as) a atualização, pois em termos de alcance, estará sempre aquém do objeto sobre o qual se debruça. Nesta conceção, o humano, ao lançar o seu olhar sobre as coisas, sempre subjetivo, estará tanto mais apto a avaliar uma determinada circunstância ou problema, quanto mais competência, multidisciplinariedade e complementaridade houver, na base de uma ampla conciliação de pontos de vista. A grande questão reside então na dificuldade em delinear completamente um determinado problema. Capturá-lo na sua máxima extensão. Ter plena consciência do que despoleta a *crise*, os seus pontos fulcrais, para que a partir daí se possa sair dela. Essa é uma luta constante e um compromisso que a humanidade deve assumir.

DO PASSADO AO FUTURO, EM HANS-GEORG GADAMER

Exploramos agora o campo potencialmente criativo, tendo por base a *crise*, enquanto desencadeadora de processos de transformação sociocultural, tomando em

linha de conta a hermenêutica gadameriana, dentro de uma perspectiva filosófica prática. Considerando a força operativa dos seus conceitos, numa metodologia de interpretação e de compreensão dos fenómenos relacionados com a experiência humana, procura-se o conhecimento e a verdade sobre as coisas (GADAMER, 1999, p. 31). Evitando reter-se nos domínios da teoria ou da praxis, Gadamer considerou associar o conhecimento gerado sobre o homem e o conhecimento que o homem julga ter sobre si mesmo, para se caminhar para um tipo integrado de conhecimento, em ordem a um saber-fazer (GADAMER, 2009a, p. 42-3). Foi neste quadro que Gadamer identificou uma notória separação no desenvolvimento das tradicionais expressões culturais, a envolver, não apenas o pensamento, mas os saberes e as experiências do ser humano. No caso europeu, esta separação pode verificar-se, sobretudo, nos domínios científicos, religiosos, filosóficos, artísticos e estéticos (GADAMER, 2009b, p. 31-2). Envolve, inclusive, alguma tensão, como é exemplo, entre outros, o caso da filosofia e da ciência (GADAMER, 2009b, p. 13). Gadamer apresenta-nos então a *estrutura prévia da compreensão*⁶, a poder traduzir-se num tipo de desenvolvimento que permite caminhar no sentido da interpretação, compreensão e explicação dos fenómenos. Um processo que decorre, fundamentalmente, através da linguagem. Linguagem como instituição. De encontros, de vivências e de convivências (GADAMER, 2009b, p. 146-7). Uma linguagem concretizada através do diálogo, não apenas em conversações que impliquem questionamentos e explicações (GADAMER, 1999, p. 542), mas também escutas e entendimentos (GADAMER, 1999, p. 161). Neste sentido, considera-se essencial, para melhor se poder compreender, iniciar este percurso através de um encontro com o horizonte histórico, mediado com o presente.

Destes encontros surge uma primeira *fusão de horizontes*⁷ e uma dinamização do *círculo hermenêutico*⁸, a possibilitar chegar a uma determinada *situação hermenêutica*⁹

⁶ Estrutura prévia da compreensão: trata-se de um conceito gadameriano que evolui a partir da pré-estrutura da compreensão, formulada por Heidegger, na sua obra *Ser e tempo* (1927). Vem descrita em *Verdade e método* (GADAMER, 1999, p. 400 e seguintes). Assinala o processo de se interpretar algo, tendo-se consciência da existência das noções sempre pré-existentes que impulsionam o entendimento, e que, em diálogo com o que se desvela a partir do que se pretende compreender, conduz a uma atualização de todo o processo compreensivo.

⁷ Fusão de horizontes: conceito chave gadameriano que expressa uma associação de horizontes (conceitos e pontos de vista) inicialmente distintos, que juntos possibilitam uma ampliação do horizonte de compreensão e de conhecimento (GADAMER, 1999, p. 554 a 556).

nova. Vejamos melhor esta interação de conceitos. Ao dialogar-se com a história e a tradição, acede-se a saberes e a experiências, passíveis de serem coligidas e permeadas com o que se julga saber no presente, articulando e alargando o conhecimento. Do mesmo modo, ao dialogarem e conciliarem os seus saberes, os seres humanos colocam-se numa posição privilegiada de (des)construção de conceitos prévios, de observação de novos pontos de vista e identificação das várias perspetivas que a partir deles se abrem. Neste sentido, há uma sucessiva integração do novo e do diferente, no já adquirido, contribuindo para a ampliação do horizonte das possibilidades de conhecer, pelo que, por cada articulação, se dá uma nova compreensão. Ocorre o que Gadamer designa por *fusão de horizontes* (GADAMER, 1999, p. 554 a 556). Esse novo horizonte ou visão alargada, individual ou grupal, constitui-se num ponto de atualização de conhecimentos, que se designa por situação hermenêutica. Algo a dever poder servir um novo ponto de partida, para prosseguir, através de novos encontros, diálogos e articulações, um caminho de contínua compreensão e de aprendizagem. Um caminho ontológico, uma vez que visa manter-se numa incessante busca pelo ser, ou seja, pela verdade das coisas. É este permanente dinamismo do ir conhecendo, que Gadamer designa por círculo hermenêutico. Um círculo que se reforça a cada fusão de horizontes, originando sempre uma nova situação hermenêutica (GADAMER, 1999, p. 457).

Torna-se então evidente que todo este processo de compreensão e de busca pelo conhecimento, implica, de uma forma geral, a presença, a colaboração e o reconhecimento do *outro*. Pode dizer-se, dos vários *outros* que se perfilam para os diálogos, quer a níveis mais restritos, quer a níveis mais amplos (GADAMER, 2009b, p. 25). Importante é, então, apurar a qualidade do diálogo, em toda esta dinâmica. Assim, quer no seio pessoal ou comunitário, quer também ao nível dos sistemas políticos e das instituições, ainda que não se tenha muita consciência de quem se foi, o que se quis fazer e se fez, bem como de quem se é, o que se quer e o que se faz. Mas tendo sobretudo em conta o que é mensurável, dentro daquilo que aconteceu e acontece. Articulando neste sentido todo o horizonte histórico com o presente. As decorrentes perspetivas e saberes

⁸ Círculo hermenêutico: conceito originário formulado por Heidegger, que Gadamer concebe como estrutura dinâmica circular, a permitir uma continuidade na aquisição do conhecimento, que se reforça a cada fusão de horizontes (GADAMER, 1999, p. 457).

⁹ Situação hermenêutica: conceito que expressa o horizonte de conhecimentos que se tem em determinado momento, como resultado da dinamização do círculo hermenêutico que ocorre por força das sucessivas fusões de horizontes (GADAMER, 1999, p. 457).

vão equacionar-se e articular-se a ponto de sustentar um processo de compreensão, que além de base para tomadas de consciência e de decisão, é impulsionador dos passos a deverem ser dados. Trata-se de um ver para trás para poder ver para a frente (GADAMER, 2009b, p. 9). Se não houver esta capacidade traduzida em realização comum, que permita divergir do que se tem vindo a praticar, talvez o futuro não reserve ao humano, de novo, essa possibilidade (GADAMER, 2009b, p. 10-1).

Para Gadamer, na sequência da observação da estrutura de compreensão das coisas, que, como já vimos, indica o caminho para se viabilizarem as condições desse fazer-comum, é preciso agora materializá-las, inserindo esta expressão na ideia de jogo. Porquê? Porque, na conceção gadameriana, o ser do jogo não reside nas questões relacionadas com o jogador, com as suas subjetividades, os seus egos e as suas autodeterminações. Ao contrário, o jogo atrai o jogador para dentro das suas regras, dos seus desígnios e do seu espírito, ou seja, quem joga, verifica uma inserção num quadro de circunstâncias que claramente o ultrapassa e excede (GADAMER, 1999, p. 185), exatamente porque uma entrega ao empreender do jogo significa “um colocar-se em jogo” (GADAMER, 1999, p. 183). Neste sentido, exige-se somente que as partes, com seriedade, decidam entrar no jogo, implicando-se numa saída-de-si-próprias, a favor de algo a ser feito em comunhão com outras. Em suma, um jogo de diálogos, traduzido em ação de força conjunta (GADAMER, 1999, p. 174 e seguintes).

Como humanos, estamos mesmo muito dependentes deste processo de identificação do *outro*, da consciência do que nos une e do que nos separa, para uma aprendizagem comum (GADAMER, 2009b, p. 133). Este reconhecimento e esta tolerância do *outro* e respeito ao *outro*, não representa a abdicação do próprio a favor do *outro*. Significa que se dê valor a ambos, valorizando a diversidade e a pluralidade cultural, na sua capacidade e oportunidade para apresentação de práticas, teorias, juízos e opiniões (GADAMER, 2009b, p. 49). Nesta conceção corresponsável, os seres humanos podem perspetivar, em harmonia, a consensualização, o equilíbrio de interesses e o encontro de soluções para os problemas, visando não apenas a satisfação das suas necessidades, mas também equilíbrios no meio ambiente onde se inserem (GADAMER, 2009b, p. 112).

PARA UMA HERMENÊUTICA DO CONFLITO: DA CRISE AO JOGO DIALÓGICO

No diálogo com as visões partilhadas, surgem aspetos incomensuravelmente importantes para a compreensão, controlo e tentativa de superação da crise. Em Mattéi compreende-se a crise em resultado de processos de rutura que podem agravar e separar, de forma intransigente, as visões defendidas pelas diversas partes envolvidas. Este desencontro acaba por impedir avanços nos processos de construção social. Pode então afirmar-se que, em sede de meras afirmações conceptuais, traduzidas em exercício de poder, em coercibilidade, isolamento ideológico, irredutibilidade de posicionamentos, não se resolvem problemas, ultrapassam divergências, reduzem tensões ou dirimem conflitos.

Na sua obra, Heidegger refere uma preocupação fundamental a dever unir os humanos: manter-se uma caminhada existencial nas proximidades do ser (HEIDEGGER *apud* PÖGGELER, 2001, p. 15). Esta questão é importante, porque esse ser, ainda que indefinível no seu conceito específico (HEIDEGGER, 1997, p. 14), é, não apenas o ser de um determinado ente, mas também o ser de todos os entes (HEIDEGGER, 1997, p. 19-20). Todas as mudanças e transformações devem assim surgir a partir dos desenvolvimentos resultantes desta busca ontológica: pelo ser; pela verdade, sempre transitória, que a cada momento se possa vislumbrar. Neste plano, abre-se um caminho, quer para aprendizagens individuais, quer societais. Em diversos momentos históricos, entre os quais, o da Alemanha nazi, podem observar-se diversos efeitos nocivos, surgidos da sustentação em rigidez de pensamento, autoritarismo, intolerância, crenças fundamentalistas, afirmação de poder pelo reforço de poder, entre outros: existência de perseguições, violência, guerra, fome, miséria, desespero, doença e morte. Não obstante, na atualidade, a crise sustentada pelos problemas socioculturais, políticos, económicos e ambientais, cuja expressão foi ampliada pela pandemia do coronavírus SARS-CoV-2 e dos seus efeitos, bem como pelo ressurgimento da guerra na europa, continua a poder ler-se no quadro das unilateralidades e dos desequilíbrios relacionais da humanidade, quer uns com os outros, quer com o meio ambiente. Assim, a continuidade desta aposta na unilateralidade, apenas reforça a escalada dos conflitos, multiplicando e agravando problemas. Urge enfim que se compreendam as necessidades de transformação e os caminhos que a elas conduziram, para se poder descontinuar o que houver a descontinuar e inovar no que seja necessário realizar.

Husserl, chama precisamente a atenção para os perigos de um identificado racionalismo objetivista e unilateral a traduzir-se, nos vários momentos da vida social, política e religiosa, como sendo inviabilizador do desenvolvimento das sociedades. Podemos encontrar a experiência dessa expressão na relação que se tornou interdependente, entre a racionalidade científica e a do poder. Uma relação autoalimentada reciprocamente. Uma racionalidade científica a ser capturada pelos desígnios do poder, e este a consolidar-se numa posição alicerçada num conjunto de verdades inquestionáveis, obtidos pela chancela científica, vezes em demasia, à margem dos maiores interesses da humanidade. Um exemplo conhecido desta realidade, foi o processo de desenvolvimento e utilização da bomba atômica. Ao mesmo tempo em que se constituiu num avanço notável em vários domínios da ciência, afirmou paralelamente os desígnios de um poder com objetivos hegemônicos, resultando, em pleno século XX, na morte de milhares de pessoas, pela consequência direta e indireta destas detonações. Em Husserl compreende-se ainda a atualidade desta necessidade de se promover um interativo e estruturado desenvolvimento, com sustentação na filosofia, quer ao nível da conciliação dos saberes, quer nos contextos de uma (re)construção social consistente. De outro modo, o risco da prevalência de domínios que se querem afirmar e agir unilateralmente, é elevado, afastando-se de horizontes mais vastos, adquiridos por diálogo, reflexão, partilha, aprendizagem, mas também ética, lógica e coerência.

Esta é uma crise, que também se entende em Gadamer, como uma desmultiplicação de formas discricionárias, arbitrárias e fundamentalistas, a poderem servir de base para um domínio tendencioso ou fraudulento, que, permanecendo insolúvel, poderá conduzir a humanidade à catástrofe (GADAMER, 2001, p. 33). Quer isto dizer que, nas divergências, as diversas personalidades, os responsáveis da representação popular, os grupos, deveriam interessar-se, responsabilmente, por poder superar unilateralidades subjetivas, que têm conduzido a diversos e irreduzíveis posicionamentos. Abandonarem a ideia de serem adversários para passarem a compreender-se como parceiros na abordagem dos problemas. Do mesmo modo, alinharem-se em articulação, os vários saberes, as várias culturas. Em tolerância e respeito uns pelos outros, quer como ponto de partida para a ida a jogo, quer no jogo propriamente dito. Enquanto houver a pensar, a equacionar e a transformar, importa continuar o jogo. Assim, todos os que estão habituados a encontrar nos conflitos, formas de afirmação para as suas inseguranças, aprenderam a considerar

apenas o potencial dos seus horizontes, prosseguindo um exercício de formas de coação sobre os outros, de uso e abuso da força, para reforço de poder, talvez, enfim, encontrem oportunidade de se libertar.

É certo que, como refere Patočka, dada a incapacidade do ser humano em apreender verdadeiramente um problema, enquanto fenómeno, possa abrir espaço para entendimentos subjetivos, em desespero de causa. Levar cada subjetividade a procurar resolver problemas de acordo com os seus únicos critérios, desinteressando-se do diálogo com outros. Neste cenário, cada problema pode ser tomado como uma espécie de cume inacessível de uma montanha, para onde convergem diversos pretendentes a partir de diversos pontos de escalada. Cada qual apenas consegue observar e determinar-se de acordo com a perspectiva que lhe é acessível e a partir do ponto em que se encontra. É um facto que muitos problemas se oferecem ao caminho de um modo que não se lhes é possível escapar, por fazerem necessariamente parte de um determinado percurso/processo de aprendizagem/progressão individual. Todavia, quando outros entram nessa equação, é sempre preciso perceber que alguns “cumes de montanha” têm pontos de rotura suscetíveis de provocar danos ou até a aniquilação de todos os que caminham pelos diversos trilhos. E neste sentido, para segurança de todos, seria fundamental conseguir reunir destes, o máximo de perspectivas. Refletir e ir consolidando, por essa via, tanto quanto possível, formas sustentadas de progredir, visando alcançar os melhores vislumbres, em segurança. Em alguns momentos, retroceder algumas dezenas de metros e mudar de caminho, pode significar o modo de garantir uma efetiva progressão.

Expandindo agora para além da metáfora, mas guardando o seu significado, é, pois, neste constante confronto com os problemas e este caminho que a humanidade tem de realizar – ontologicamente compreendido e comprometido –, que Gadamer posiciona a hermenêutica filosófica. Não querera dizer forçosamente que todos tenhamos de ser especialistas em Hermenêutica. Todavia, ela oferece-se como uma metodologia útil e de efeitos práticos, possibilitando caminhar para o cerne da compreensão das relações humanas, refletindo-se na promoção da qualidade deste necessário aperfeiçoamento na (re)construção social. Não apenas por considerar o saber e a experiência do passado, mas também por conseguir projetar a partir dele. Sem este encontro e este diálogo, a intenção de construir socialmente poderia apenas conduzir a uma (re)edição de toda uma panóplia

de desvios ocorridos no passado. Isto é importante, não só na tentativa de captura da essência dos problemas que despoletam a crise, apesar da consciência das nossas limitações - conforme nos adverte Patočka -, mas também para estimular e convocar um necessário esforço crítico que possa permitir, pela busca de consensos e de compromissos, no sentido do fazer-comum, o aparecimento da novidade.

Fica evidente a dificuldade de evoluir sustentadamente, sem este diálogo envolvente e intermediado, iniciado através da tradição, e nela se vislumbrando as culturas, a história, as ciências, as religiões e as artes, mas também no importante e fundamental contributo da filosofia e do filosofar. Porque é no alimentar deste círculo hermenêutico, onde o humano sempre se encontra e se busca num incessante e sustentado desenvolvimento ôntico e ontológico, que se alcança maior amplitude de horizontes e a mais esclarecida situação hermenêutica, a servir de base à social (re)construção. É assim muito importante compreender este elo de ligação: o diálogo.

Em Paul Ricoeur, compreende-se o diálogo como uma forma de criação de laços entre pessoas e comunidades, chegando mesmo a sublinhar a sua importância como algo, não só por si lenitivo, mas, sobretudo, como um deixar fluir o “verbo do ser” (RICOEUR, 1989, p. 450). A capacidade dialógica e dialética, gnosiologicamente estruturada e até os silêncios comunicativos, permite um entendimento para se conseguir ultrapassar divisões, superficialidades, imediatismos ou até a mera tagarelice de dissimulação, encobrimento ou fuga aos processos de encontro e de articulação (RICOEUR, 1989, p. 440). Os processos de construção social suscitam assim o envolvimento de todos, pelo conhecimento, pela palavra e pela interação. O jogo do diálogo quer-se assim envolvente, para ampliar as possibilidades de conhecer e de agir. De outro modo, a crise, que, por via do diálogo, poderia ser uma oportunidade de transformação e evolução, pode conduzir ao fim das possibilidades de êxito, pelo esgotamento das capacidades de resistência aos fatores que a impulsionam.

Na quotidianidade, face às crises que a humanidade tem de ultrapassar, há uma clara aposta por fazer, nesta adesão ao jogo do diálogo. Vulgarmente, até seria expectável que o diálogo estivesse, como nunca, enraizado no cerne dos costumes culturais e das relações sociais e políticas. Do mesmo modo, sobretudo em democracia, que os representantes das formas de governo e das organizações institucionais, tendessem a agir, com alguma determinação, no cerne dos problemas sociais. É um facto que se realizam

atualmente inúmeras cimeiras internacionais, conferências, plenários, reuniões, encontros, a par de efusivos debates com cobertura mediática - com enaltecimento da presença de brilhantes responsáveis, dotados da mais elevada preparação e respetiva responsabilidade política. Mas será que, a julgar pelo que retira dessas relações que são estabelecidas, há um efetivo jogo dialógico e dialético, em prol de uma efetiva dedicação à causa comum?

É evidente que a cultura de diálogo é ainda muito deficitária. Pode identificar-se uma grande dificuldade no estabelecimento de relações, a ponto de se conseguir uma situação hermenêutica apta a compreender as prementes e diversas interrogações sociais contemporâneas, permitindo que se aja sobre elas. Vejamos a existência de inúmeros, incompreensíveis e inquietantes paradoxos, entre outros, por mero exemplo: ao nível de gritantes injustiças, na pobreza e na distribuição da riqueza; ao nível da disparidade na dignificação do humano e da sua qualidade de vida, quer em zonas urbanas mais desenvolvidas, quer noutras menos desenvolvidas, em Portugal, na Europa e no mundo. Continua a assistir-se a convulsões sociais motivadas, entre outras, por discriminações, injustiças, abusos de poder, violências, guerras, terrorismo, criminalidade, entre as importantíssimas questões ecológicas e ambientais. Assim se desvela esta insuficiência ao nível dos necessários e verdadeiros diálogos. O que há é uma competição desenfreada que muitas vezes se transforma em luta permanente, por parte de instituições, organizações e países. Luta-se por garantir interesses unilaterais, de controlo e de domínio, em detrimento de um esforço por debelar as crises que afetam a humanidade. Vejamos a constante competição no setor económico e financeiro, pelo aumento de dividendos e controlo de mercados, de onde surgem crises cujos efeitos de prejuízo social se fazem sentir sobretudo junto dos contribuintes e das classes trabalhadoras. Mas também na área científico-tecnológica, pelo desenvolvimento de tecnologias, no intuito destas permitirem um imenso retorno financeiro e de poder. Do mesmo modo sucede nas questões relacionadas com o ambiente, a poluição e as alterações climáticas. Por exemplo sobre os níveis de emissão de carbono na atmosfera e na falta de uma efetiva e decidida ação convergente para as formas mais eficazes de a eliminar, sabendo-se da urgência da necessidade de enveredar por este caminho. Outros exemplos poderiam mencionar-se nas questões do domínio abusivo sobre territórios, povos e culturas, podendo depois avançar-se para as relações de desigualdade, as questões da fome, da pobreza e da injustiça, a

implicarem uma secundarização das populações, face aos interesses das elites. No próprio acesso aos diversos mecanismos sociais de equilíbrio; à saúde, à educação, à justiça, à segurança e à proteção social, onde o desinvestimento conduz à escassez de recursos e à menor qualidade dos serviços. Nas discriminações das minorias, das diferenças e dos socialmente excluídos.

Tudo isto, permite-nos compreender, da análise que fazemos das muitas crises do passado e de outras atuais, que os verdadeiros diálogos, sobretudo os que devam ocorrer na área da atuação política e institucional, são efetivamente suscetíveis de ir ao encontro da construção social. Mas o problema é que podem igualmente bulir com os interesses e as vontades dos domínios e dos diversos poderes constituídos ou instalados. É por isso que há resistências aos verdadeiros processos de diálogo, pretendendo-se substituí-los pela mera afirmação das lógicas e das apologias desses mesmos poderes, visando manter confortáveis posicionamentos unilaterais, uma vez que se domina através deles.

Do mesmo modo, as dinâmicas sociais absorvem este estilo. Organizam-se em grupos de poder, organizações, instituições, entre outros, que se constituem em diversas polaridades. Em vez do grupo poder servir um propósito inicial, que em si mesmo, seria positivo – o de reunir pessoas com uma determinada situação hermenêutica, que, até por questões de identidade, se podiam ver como parte de um movimento socialmente justo e construtivo –, o resultado prático é muitas vezes distinto. Constituem-se em meios doutrinadores, capturadores de consciências individuais a favor de determinados interesses, com uma afirmação fundamentalista dos valores do grupo, muitas vezes algo difusos e uma orientação a favor da exclusão de quem pensa de modo diferente. Vejamos, entre outros exemplos, o de partidos políticos que impõem estritas linhas ideológicas de pensamento e uma disciplina fundamentalista da expressão dos seus deputados. Instituições, empresas e/ou grupos sociais onde se cultivam rígidos preceitos, formas estanques de pensamento, imposição de tipos de linguagem, de comportamento, indo às vezes ao pormenor de condicionar o uso do vestuário e da concreta aparência física da pessoa. Tudo isto dentro de objetivos de controlo onde as pessoas só são tidas em consideração, se forem submissas. Não há lugar à discussão de conteúdos, ao pensar revolucionariamente para além do que o poder do grupo define. Um ambiente urdido pelo ritmo da dissolução da individualidade face à mentalidade do grupo. Por outro lado, a ausência de diálogos chega a fomentar um desenvolvimento pouco considerável em

diversas franjas do tecido social, no que respeita à sua capacidade crítica, pessoas que chegam assim a engrossar simplesmente as fileiras de determinadas consciências de grupo, às vezes, por numeroso que seja, até com algum triunfalismo, mantendo-se completamente capturadas, alheias e fechadas ao que possa haver para além do seu horizonte que lhes é apresentado. Talvez um hábito português ainda algo remanescente do período totalitário do Estado Novo. É-lhes colocado um rótulo e aderem facilmente e ele, alicerçado num pronto a pensar, que um ou outro elemento do grupo se encarrega de reproduzir, apenas sustentado num conjunto de redutoras frases feitas, das cores ou dos símbolos representativos.

O problema deste cenário, é que constitui um ambiente vicioso onde se hostilizam os supostos adversários, que são os membros de outros grupos. É visível, em boa parte dos partidos políticos, que não toleram a diferença de pensamento e confrontam-na com estratégias assentes em ataques pessoais, podendo alargar-se estes estilos a vários grupos culturais, étnicos ou religiosos. Nestas formas de organização e com esta mentalidade, as pessoas nelas inseridas tendem assim a encarar os cenários das relações sociais como ringues de combate, onde se olha o *outro* do ponto de vista binário, ou seja, da posição que ele deve assumir de imediato, que demonstre um claro “estás comigo ou contra mim” e onde pouco mais interessa. Se for um apologista terá toda a receptividade. Se for um opositor ou alguém neutro, corre sérios riscos de ser simplesmente ignorado ou implacavelmente atacado.

Com este foco nos diversos polos de poder, a sociedade e os poderes públicos têm vindo a perder o interesse pelas ferramentas que possibilitariam aos cidadãos, serem educados para a capacidade crítica. Constata-se essa realidade pelo desinvestimento na área do ensino, pelo desinvestimento na área da Filosofia, que, como disciplina, ensina a pensar de forma crítica e competente. Os reflexos desta realidade constata-se quando as sociedades se deparam com questões fraturantes. Fala-se sobre questões a montante e a jusante, mas muito pouco ou quase nada sobre as verdadeiras problemáticas que há que identificar e procurar ultrapassar. Por vezes até em questões básicas de mero compromisso pela paz, pela saúde, formação ou qualidade de vida das pessoas. Assiste-se a uma lógica bipolar, por exemplo, num grande volume de expressões sobre a guerra na europa. Parece que o que é importante é tomar de imediato uma posição. Se não se demonstra logo claramente que se é pró-ucraniano é porque se é de certeza pró-russo,

ficando a partir daí inquinada a atenção dos outros, sobre o que se diga ou se discorra acerca das problemáticas que envolvam o contexto de guerra propriamente dito. Dedicar energia ao que efetivamente desencontra as duas posições e centrar o esforço na análise dos problemas que as dividem, custa. Obriga a saber, a pensar com qualidade e ao diálogo com vários outros, para se aprender sempre um pouco mais e alargar horizontes. Talvez isso não interesse propriamente, ou possa parecer pouco importante para as aspirações políticas e ideológicas de alguns dos vários polos envolvidos.

Parece, assim, que interessam antes as simples tomadas de posição, a cedência ao imediatismo e a exploração de histórias sangrentas, que a comunicação social também ajuda a realizar, contribuindo, na realidade, para a oxigenação do espírito da guerra e das estratégias militares, para reforço das posições nela interessadas. Ou seja, em vez de se alimentar o diálogo e a aproximação das partes para a resolução dos problemas ou pelo menos entenderem-se e assumirem compromissos quanto ao fim da guerra, alimentam-se as pretensas legitimidades para as tomadas de posição de força, realização de alianças, contagem de armas e a consolidação dos posicionamentos de poder, numa escalada que ainda não tem fim à vista, nem se tem bem noção das consequências que todo este cenário possa vir a ter para o futuro da humanidade. Sabe-se, todavia, que já se perderam e se continuam a perder vidas de seres humanos, em dimensões incalculáveis.

Derivando um pouco para o campo político, parece haver cada vez mais interesse num ambiente de reduzida escolha. Uma necessidade de se valorizar uma determinada corrente político-partidária. Entrar num registo onde se procede muito facilmente a leituras simplificadas de contextos complexos mediante a possibilidade de os reduzir a uma pronúncia meramente linear, binária ou moralizadora (INNERARITY, 2021, p. 17). Poderíamos referir aqui a nosso propósito, como tratando-se de leituras inseridas em desgastantes e desgastadas visões polarizadas e tantas vezes simplistas, mascaradas de esquerda ou de direita, como propriedades de tradicionais designações políticas. Por exemplo, em que uns, os de esquerda, se preocupam mais com os problemas das pessoas, enquanto os de direita procuram ter essa mesma atenção, de uma forma indireta, através de políticas centradas na área das empresas e da economia de mercado. O que é facto, é que a ausência de diálogo parece conduzir, quer em Portugal, quer um pouco por toda a Europa, a uma desacreditação das forças políticas, demonstrada pelas elevadíssimas estatísticas de abstenção nos processos eleitorais. Uma desmotivação, desalento e

desconfiança, por parte dos eleitores, face ao polarizado combate político, às palavras, às políticas e às intervenções sociais dos ditos grandes partidos que têm exercido o poder. Um poder exercido em nome e de acordo com os interesses do polo a que pertencem, deixando de lado a resolução dos problemas das sociedades, que se veem enredadas em profundas crises sociais. O arrastamento destas circunstâncias tem induzido ao aparecimento de fações radicais ou extremistas, que apresentam um discurso pretensamente sustentado em alguma revolta devido aos problemas sociais que não encontram respostas.

O que sobressai desta conjuntura é a existência de um grande desequilíbrio, desencontro ou mesmo ausência efetiva dos processos de diálogo, de comunicação, a traduzirem-se no concreto exercício político. O que se diz e o que se promete é depois diferente do que se realiza, porque não há diálogo nem interação, mas sim meras execuções de políticas unilaterais. Os próprios debates políticos, já deixam antever uma ausência de diálogo no exercício político, pois eles próprios não são realizados em diálogo, havendo somente tempo para afirmações vagas das vontades. Em períodos definidos, de curta duração, há somente uma preocupação por um esforço argumentativo meramente competitivo e onde por vezes vale quase tudo, inclusive acusações mútuas e ataques pessoais. Neste ambiente quer-se fazer salientar uma pretensa dinâmica de jogo, onde, no final, há declaração de vencedores e de vencidos. Porém, é preciso compreender que esta forma de afirmação das diversas partes, na luta pelos seus interesses e domínios, não é um jogo. Nestas expressões a que vulgarmente se assiste, constata-se que o *outro* não é tido em conta, chegando mesmo a ser desrespeitado. Não há uma disponibilidade para o jogo, nem para um jogar construtivo. O objetivo é precisamente colocar o outro fora de jogo. Eliminar a sua presença ou alienar a sua importância. Impedir que a sua existência tenha valor. Assim, é muito importante que enfim se perceba, que o jogo da construção social é algo diferente.

O jogo tem as suas regras e é nelas que decorre. Implica a decisão de cada qual se colocar em jogo, suspendendo as suas autodeterminações particulares. Cada jogador insere-se interactivamente com todos os que jogam porque é com eles que o jogo se faz, a seu ritmo, progredindo, avançando, realizando. Dele se vai extraindo a sua produção. O jogo jogado resulta desta interligação entre todos. De um esforço conjunto. De uma energia conciliada, um entendimento, um compromisso, com a consciência plena de que

se percorre um caminho que se realiza à medida do sentido para onde se caminha. Para dar um exemplo mais concreto, abordemos uma das áreas conturbadas na relação do estado com a comunidade, a envolver as relações entre polícias e cidadãos.

UM CASO DE HERMENÊUTICA APLICADA À ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A qualidade do serviço prestado pelos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP) portuguesa, pretensamente alinhada com as expectativas sociais da contemporaneidade relativamente ao trabalho policial, foi sendo tecida pelo exercício político e, uma vez que se trata de uma função essencial do Estado, está consubstanciada na extensa legislação existente. Um imenso composto de diplomas legais fundamentais e específicos, entre outros mais genéricos, descrevem o que se pretende com uma ação policial competente, nos diversos domínios de atuação. Paralelamente às exigências legais e teóricas surgem outros objetivos. Em diversos planos formativos conhece-se a expressão de Vollmer (1971) onde: talvez os polícias possam ser bons profissionais de polícia se conseguirem ter a necessária coragem, sabedoria, força, treino, estratégia, liderança, mas também paciência, bondade, fé, diplomacia e tolerância, ao mesmo tempo em que sejam possuidores de um conhecimento sustentado nas áreas das ciências naturais, biológicas e sociais.

Neste quadro de exigência, as representações reivindicativas dos profissionais de polícia têm vindo a identificar, ao longo de décadas, a existência de uma ampla crise, consubstanciada num conjunto de problemas cujos efeitos implicam uma perda de qualidade no exercício da profissão, com reflexos negativos quer para os profissionais, quer para as populações. Em Portugal, entre vários estudos, em Loura (2019), foram investigadas as perceções de agentes policiais sobre os fatores que influenciavam a sua atuação profissional, junto das populações. Nessa investigação foram identificados diversos problemas e carências, ainda atuais, entre outras: o número insuficiente de profissionais disponíveis para trabalhar na área operacional; as deficientes condições efetivas de trabalho e um ambiente profissional difícil de gerir emocionalmente; inexistência, escassez e/ou ineficiência ao nível dos equipamentos que são necessários para o exercício operacional da profissão; carência ao nível da formação e também ao

nível das compensações e retribuições remuneratórias. Estas questões têm vindo a influenciar a qualidade do serviço, o equilíbrio emocional, bem como a qualidade de vida dos profissionais. São problemas que abrem um importante conflito, pois não se constituem apenas numa forte oposição direta à possibilidade de os profissionais atuarem de acordo com as exigências e as expectativas que as sociedades contemporâneas neles depositam, traduzidas em lei, como geram, também, um desempenho com acumulação de níveis de insatisfação com a realização pessoal e profissional. Problemas que contribuem paralelamente para o desenvolvimento de um sentimento de isolamento, de falta de apoio e de compreensão para a situação profissional em que se encontram. Problemas que fomentam uma maior acumulação de stress e de estados de profunda inquietação a poderem influenciar a degradação dos estados de saúde, a poderem condicionar o desempenho operacional, a relação com os colegas e a própria instituição policial, bem como com as populações.

Independentemente dos balanços estatísticos positivos que são politicamente divulgados, acerca do trabalho policial e dos níveis de confiança pública que são depositados no exercício desta atividade, se forem analisados os relatórios anuais de segurança interna nas últimas décadas, constata-se que: são inúmeros os casos de polícias mortos em serviço; milhares de profissionais agredidos em serviço; um grande volume efetivo de queixas por parte dos cidadãos relativamente à qualidade do serviço policial. Por último, é importante salientar uma referência específica aos elevados índices de suicídio nesta força de segurança. Níveis muito superiores aos níveis apurados para generalidade da população. Estamos, então, perante um conjunto de questões a deverem merecer não apenas uma reflexão profunda, mas uma intervenção política estrutural. Revela-se então constrangedor, que as diversas tutelas políticas que têm responsabilidades na (re)construção deste setor, não o tenham vindo a realizar de forma eficaz. Piora a perspetiva o facto de estarmos ainda aquém dessa evidência, apesar da intervenção dever decorrer na sequência de um verdadeiro espaço de diálogo e de interação, não apenas para se compreender a dimensão do problema, mas, sobretudo, para se poder agir, procurando evitar as suas consequências.

As intervenções públicas denotam uma grande distância face à consideração destes problemas, que continuam a estar presentes na quotidianidade dos profissionais de polícia, influenciando a sua vida e o seu desempenho. Neste sentido, não obstante

assistir-se frequentemente, sobretudo em períodos de campanha eleitoral, à proliferação de ideias e até promessas políticas, para intervir neste quadro, há depois uma grande discrepância, na prossecução da ação política e no executivo governativo. E mesmo o facto de num ou noutro momento da atividade governamental, se vislumbrar alguma sensibilidade para a correção de aspetos conjunturais que se revelem absolutamente incontornáveis e pareça haver uma intenção de se poder agir a um nível mais profundo, o que se verifica é que as vulnerabilidades estruturais continuam genericamente a existir. Para além disso, tem-se assistido a uma ação política a incidir na base da afirmação clara do poder, sustentadas pelas posições unilaterais levadas a cabo pelos sucessivos governos.

Duas das expressões deste fenómeno é a preocupação pela exploração de aspetos que possam trazer um retorno político positivo em prol de uma suposta imagem de eficácia, como, por exemplo a divulgação estatística que espelhe uma quantitativa produtividade policial, bem como a aposta numa constante e exclusiva preocupação pelo desencadeamento das competentes vias de responsabilização disciplinar e/ou criminal, quando surgem alegados desajustes ou atuações policiais contestadas nos seus modos de atuação, colocando-se em causa os padrões ou os critérios da sua adequação. A comunicação social ajuda também neste propósito. Em inúmeros casos mediáticos, analisam-se calma e friamente as intervenções policiais como se elas fossem ou pudessem ser apenas desenvolvidas na base de critérios de exatidão. Onde a ação policial pudesse ser algo apenas tecnicamente definido ou meramente mecanizado. O universo da atividade política acaba assim por não conseguir lidar com estas questões, revelando as suas próprias (in)capacidades de resolver problemas que não só influenciam todo um ambiente sociocultural, mas também provocam grandes desajustes nas relações humanas, que de um outro modo poderiam e deveriam ser evitados.

Este exemplo deixa perceber um quadro social onde um conjunto de situações hermenêuticas que se movem dentro de um horizonte muito distinto, acabam por permanecer afastadas da necessidade de estabelecerem diálogo e interagirem na resolução da crise. De um ponto de vista socialmente construtivo, havia que aderir ao jogo do diálogo, quer para compreender a extensão dos problemas, quer para se poderem abandonar as perspetivas, inicialmente unilaterais. Evoluindo, por ação do jogo, de um horizonte de conhecimento mais limitado para um universo mais expandido, apto a permitir o esforço conjunto na resolução dos problemas. Pelo menos, no sentido de

ultrapassar uma visão polarizada, assumindo sérios compromissos. Poder-se-ia pensar, dentro daquele que seria um quadro de maior compromisso com as responsabilidades na construção social, que haveria muito mais a ganhar ao investir na correção das debilidades diagnosticadas. E, ao insistir-se na sempre necessária investigação ao apuramento das responsabilidades, que, no fundo, tradicionalmente apenas têm transferido para os operacionais da PSP todo o peso, toda a (des)culpa pelo que acontece durante os processos de intervenção, junto das populações, poder aproveitar-se a oportunidade para continuar a (re)construir, indo além de uma perspetiva meramente punitiva. Este encaminhamento da reflexão para as questões relacionadas com o desempenho dos profissionais da PSP não tem em vista afrontar as instituições, este ou aquele responsável em particular e muito menos todo o vasto leque de profissionais que se dedicam à profissão. Visa, sim, a necessidade de empreender num processo de (re)construção social, num setor importante, que se revela essencial para assegurar a garantia da segurança e tranquilidade públicas, na salvaguarda dos direitos humanos, direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, incluindo os que exercem funções policiais.

Julga-se importante que se tome consciência desta tendência numa cultura que tende à mera afirmação de vontades, subtraindo-se ao jogo do diálogo, à confrontação e à crítica, para se poder passar, enfim, a um outro registo, para convergir no sentido construtivo. Preocupa que o convite ao diálogo tenda a considerar-se uma perda de tempo. Algo moroso, difícil, subjetivo e sem interesse, quando tal não corresponde. Apesar das dificuldades, foi sempre, em grande medida, através do diálogo e realização conjunta, que os humanos conseguiram construir com mais qualidade. Considerar-se o diálogo como uma afronta, uma perda de poder, como se as pessoas ou os polos em que se agrupam tivessem isentos de dar explicações sobre o que pensam e em que acreditam, misturando uma certa sensação de perda de credibilidade de estatutos e de papéis, é algo que só interessará às hegemónias ou às polaridades habituadas aos seus domínios absolutos e empenhadas em mantê-los.

Há, então, que concentrar a atenção no que é importante: conseguir através do diálogo, não só ultrapassar a (in)diferença, a hostilidade e até a violência, mas também uma maior aprendizagem e, conseqüentemente, mais saber e estimulação para o esforço conjunto com o outro. Deste modo, as responsabilidades terão necessariamente de ser exercidas por pessoas preparadas e capazes de comunicar, de dialogar e de procurar

buscar consensos, bem como de assumir compromissos. A nossa proposta é a de (re)criar uma cultura de diálogo e de desenvolvimento com base em espírito crítico, para poder avançar na resolução das questões problemáticas, inerentes à contemporaneidade.

CONCLUSÃO

Não fomos, talvez, capazes de responder a muitas questões importantes, que se poderiam levantar. Serão os humanos ou não capazes de tomar consciência das suas próprias limitações, das incapacidades e das subjetividades que inicialmente estão sempre presentes, para se conseguirem unir e reconhecer na necessidade de se colocarem, com outros, em jogo? Serão ou não capazes de, em parceria, compreenderem e resolverem os problemas e as crises que emergem e ameaçam a cultura a paz e a existência? Ou, pelo contrário, vingarão as unilateralidades, os particularismos e as meras vontades de afirmação, de supremacia e de controlo? Independentemente do facto de as respostas a estas questões poderem alguma vez vir a ser um facto definitivamente confirmado, por totalitarismos, democracias ou outros sistemas passíveis de ser inventados, será sempre importante recordar e ter presente este esforço que é preciso realizar e jamais abandonar, que é o de (re)construir mediante consensos e articulação conjunta.

Na complexidade das sociedades atuais, e face aquelas que poderiam ser as melhores expectativas, podem identificar-se, por entre os alegados desenvolvimentos dos sistemas sociais e políticos, económicos, científicos e tecnológicos, uma efetiva perda de coerência e de sustentabilidade. Existem variadíssimos sinais, entre outros: um ambiente em acelerada degradação; indignidades, discriminações, injustiças, impensáveis em qualquer quadro de razoabilidade, onde por exemplo um número reduzido de pessoas detenha mais dinheiro e poder que as outras todas juntas; um jogador de futebol a auferir mais dinheiro num único mês de exercício do que um trabalhador de outra área, durante toda a sua existência; onde em determinadas áreas se deitam ao lixo toneladas de comida, que diariamente se estraga por excessos produtivos e consumistas, enquanto noutras, pessoas vulneráveis e desprotegidas morrem de fome. Se haverá capacidade e competência de ultrapassar estes e outros problemas importantes para a humanidade, será algo que iremos necessariamente descobrindo. Pelo menos, ficamos conscientes da necessidade de questionar os caminhos sustentados na subjetividade e na unilateralidade

e de valorizar a intersubjetividade. Se quisermos ter oportunidade de continuar a olhar para o passado e para o futuro, tornando o presente mais construtivo, terá de haver esse empenho. Por todos e por cada um, pelo ambiente, por um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

GADAMER, Hans-Georg. **VERDADE E MÉTODO**: traços Fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Elogio da Teoria. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **O MISTÉRIO DA SAÚDE**: o cuidado da saúde e a arte da medicina. Lisboa: Edições 70, 2009a.

_____. Herança e futuro da Europa. Lisboa: Edições 70, 2009b.

HUSSERL, Edmund. A crise da humanidade europeia e a Filosofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Lusosofia, 2008.

LOURA, António. As perceções de agentes policiais sobre os fatores que influenciam a sua atuação profissional, junto das populações. Um estudo de caso numa Divisão da Polícia de Segurança Pública. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RELAÇÕES INTERCULTURAIS. Lisboa: Universidade Aberta, 2019, 236f.

HEIDEGGER, Martin. Ser y Tiempo. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1997.

INNERARITY, Daniel. Uma teoria da Democracia complexa. Lisboa: Ideias de Ler, 2021.

MATTÉI, Jean-François. La crise du sens. Nantes: Éditions Cécile Defaut, 2006.

PATOČKA, Jan. Heretical essays in the Philosophy of History. Illinois: Carus Publishing Company, 1996.

PÖGGELER, Otto. A via do pensamento de Martin Heidegger. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

RICOEUR, Paul. O CONFLITO DAS INTERPRETAÇÕES: ensaios de hermenêutica. Porto: RÉS-Editora, 1989.

VOLLMER, A. The police and modern society. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1971.